

Tradição e reformismo: A relação dos párocos e mais eclesiásticos que têm pregado a bem do sistema constitucional e os resistentes ao novo regime (1821-1822)

José António Oliveira
Instituto Politécnico do Porto
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Felgueiras

Em Portugal, nos finais do século XVIII, a sociedade estava dividida em duas partes: a nobreza e o clero, por um lado, e o povo, por outro. A nobreza e o clero eram a elite da sociedade, e o povo era a base. A nobreza e o clero tinham privilégios e poderes, e o povo não. A nobreza e o clero eram a elite da sociedade, e o povo era a base. A nobreza e o clero tinham privilégios e poderes, e o povo não. A nobreza e o clero eram a elite da sociedade, e o povo era a base. A nobreza e o clero tinham privilégios e poderes, e o povo não.

Em Portugal, nos finais do século XVIII, a sociedade estava dividida em duas partes: a nobreza e o clero, por um lado, e o povo, por outro. A nobreza e o clero eram a elite da sociedade, e o povo era a base. A nobreza e o clero tinham privilégios e poderes, e o povo não. A nobreza e o clero eram a elite da sociedade, e o povo era a base. A nobreza e o clero tinham privilégios e poderes, e o povo não. A nobreza e o clero eram a elite da sociedade, e o povo era a base. A nobreza e o clero tinham privilégios e poderes, e o povo não.

Em Portugal, nos finais do século XVII, a emergência da renovação da cultura nacional apresentava-se pouco consolidada e o processo de secularização do pensamento filosófico e científico, iniciado no século XVII¹, ainda não demonstrava possuir o fôlego necessário para frutificar. As correntes de ar fresco de que Reis Torgal fala² careciam, nesta altura, de força suficiente para se imporem, até porque a estrutura política se revelava incapaz de transpor a barreira secular da ligação trono-altar. Por enquanto, e apesar das quezílias naturais e repetitivas entre Estado e Igreja, estes ainda continuavam empenhados na execução de tarefas que os compelia a interactuar e a religião continuava a ser um instrumento controlador da sociedade. A ordem moral e social misturava-se com as leis cristãs e as regras jurídico-canónicas que regulavam o viver quotidiano, transportavam uma inquantificável carga religiosa, imperceptível ao grosso da população, mas repetida, inconscientemente, numa atitude automática e acrítica³. A disciplina quotidiana pressupunha uma fundamentação teológica que alicerçava, simultaneamente, o poder civil (político) e o eclesiástico⁴. Acima do rei e do reino estava uma realidade supranacional e comum a todos os crentes – Roma⁵. O próprio monarca só se sentia verdadeiramente rei a partir da cerimónia da sagração, uma espécie de legitimidade que buscava as suas origens na prática religiosa⁶.

Sinalizada nos derradeiros anos da centúria de seiscentos, será no século seguinte que se verificará um verdadeiro desabrochar de elementos e factores que justificarão mudanças substanciais na maneira de pensar e de agir na elite lusitana. É na segunda metade de dezoito que muitos fenómenos ganham corpo e é aí que se assiste a uma luta acesa entre a tradição secular e a construção dos ideais construtores do século XIX. O iluminismo vem questionar o conservadorismo de toda a estrutura sócio-mental; política e intelectualmente, Portugal abre caminho para horizontes bem mais consentâneos com a realidade europeia⁷.

¹ DIAS, J. S. da Silva - *Portugal e a Cultura Europeia (Sécs. XVI a XVIII)*, Separata da revista «Biblos», vol. XXVIII. Coimbra, MCMLIII, p. 118 e 186-187.

² TORRAL, Luís Reis - *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a Acção de José da Gama e Castro*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Seminário de Cultura Portuguesa, 1973, p. 6.

³ SOARES, Franquelim Neiva - *Catolicismo, Sociedade e Moralidade no Final do Antigo Regime* Visitações de Salomonde (1750-1831), *Cadernos do Noroeste*, vol. II 2-3. Braga: Universidade do Minho, 1989, p. 258-259.

⁴ GOUVEIA, António Camões - Estratégias de interiorização da disciplina in MATTOSO José (dir. de) - *História de Portugal*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 427-428.

⁵ SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPAHNA, António Manuel - O quadro espacial. MATTOSO, José (dir. de) - *História de Portugal*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 43.

⁶ RÉMOND, René - *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva, 1994, p. 112.

⁷ OLIVEIRA, Aurélio - Mappa Historico e Politico do Reyno de Portugal, *Revista da Faculdade de Letras - História*, vol. IV-V. Porto: Universidade do Porto, 1973-1974, p. 10-12.

Esta atitude mental, mais progressista e optimista, pejada de controvérsia mas também de afirmação, vai-se exportar para todos os domínios da sociedade⁸. Agora, filosofar, embora apenas atributo de uma pequena minoria, significa atribuir à razão todas as suas prerrogativas e questionar o jugo da tradição e da autoridade⁹.

Neste contexto, a Igreja, não raras vezes, aparece como a parte a criticar e a condenar¹⁰.

Acredita-se no progresso, por si só compatível com a felicidade humana. A ciência atinge ponto de destaque, pela sua maioria analítica contra um dogmatismo, por tradição, anti-empirista¹¹. O acesso ao livre pensamento, onde se eleva a dignidade do Homem enquanto Homem, alicerçado num longo e imperceptível horizonte antropológico, deixa para trás, inexoravelmente, embora com agudas resistências¹², um conceito limitado de indivíduo, agora liberto e desfasado de ancestrais pesos metafísicos. Decorre desta liberdade o conceito de cidadão, de sociedade civil e de Estado que só fazem sentido, agora, como agentes interligados na busca incessante, não de Deus, mas de soluções que anteriormente se disputavam no fóro divino¹³. A razão tudo reclama, tudo exige regular e, embora não seja estritamente anti-religiosa, questiona e desfundamenta, progressivamente, a tutela e os dogmas religiosos. Ela (razão) é, doravante, a nova autoridade.

O emergir do indivíduo como fundamento da ordem social originou a subversão de todo o pensamento jurídico clássico e possibilitou a edificação de diferentes tipos de relações, quer materiais, quer espirituais¹⁴. Com o iluminismo, surge e fundamenta-se um novo vocabulário político, mais actual e de cariz moderno¹⁵, solidificado num exercício de evidente vigor

⁸ ANDRADE, António Alberto Banha de - *Contributos Para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, p. 638-639.

⁹ RAMOS, Luís A. de Oliveira - Os Beneditinos e a Cultura: Ressonâncias da Ilustração, *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, vol. I. Porto: Universidade do Porto, 1984, p. 162.

¹⁰ ABREU, Luís Machado - O Problema de Deus, Forma de Conhecimento no Racionalismo (séc. XVII-XVIII), *Brotéria, Cultura e Informação*, vol. 106, n.º 1. Lisboa, 1978, p. 24.

¹¹ GODINHO, Vitorino Magalhães - Penser La Science Historiquement, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXXV. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 973.

¹² CASTRO, Zília Osório de - *Cultura e Política Manuel Borges Carneiro e o Vintismo*, 2.º vol. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 665-666.

¹³ PEREIRA, Miguel Baptista - Iluminismo e secularização, *Revista de História das Ideias*, vol. 4, t. 2. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1982, p. 491.

¹⁴ HESPANHA, António Manuel - O jurista e o legislador na construção da propriedade burguesa liberal em Portugal, *Análise Social*, 2.ª série, vol. XVI, (61-62). Lisboa: Revista do Gabinete de Investigações Sociais 1980, p. 220.

¹⁵ VARGUES, Isabel Nobre; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares - Ideologias e práticas políticas in MATTOSO, José (dir. de) - *História de Portugal*, vol. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 213.

intelectual que não deixou inerte os sectores progressistas e insatisfeitos (críticos), da sociedade coeva. De muitos, o conceito jusnaturalismo¹⁶, pelas implicações que acarretou, marcou presença indelével no discurso setecentista, acompanhado de vocábulos como regalismo¹⁷, episcopalismo¹⁸, ilustração¹⁹ e jansenismo²⁰. O caminho fazia-se para a secularização e para a laicização.

O choque dos novos valores

Uma análise, ainda que não muito incisiva, aos primeiros artigos da Constituição de 1822 seria mais do que suficiente para alarmar os espíritos tradicionalmente conservadores da nação portuguesa - hierarquia da Igreja católica incluída. Aí, os conceitos de liberdade, segurança, propriedade, lei, livre comunicação de pensamentos, igualdade perante a lei e justiça aparecem como "dogmas" de uma nova concepção política e ideológica e apontam um caminho diferente, marcando e estabelecendo uma fissura clara entre o antes e o pós Setembro de 1822. Os fundamentos ideológicos, de raiz iluminista, consignados nos primeiros artigos do diploma fundamental implicavam, grosso modo, um corte quase vertical na horizontalidade dos privilégios tidos como assentes e normais em tempos de "Antigo Regime". As mudanças que então se propunham, a todos os níveis, incluindo a figura e a posição do monarca²¹, revelavam que o futuro próximo traria a consubstanciação dessas ideias. Sinal de novos tempos, pouco

¹⁶ CASTRO, Zília Osório de - *A sociedade e a soberania - doutrina de um vintista*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, p. 171-226. PEREIRA, José Esteves - Genealogia de Correntes de Pensamento do Antigo Regime ao Liberalismo. Perspectivas de síntese in *Do Antigo Regime ao Liberalismo 1750-1850*. Lisboa: Vega, s.d., p. 50.

¹⁷ RAMOS, Luís A. de Oliveira - Regalismo in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir. de) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, vol. 4, p. 97-98. AZEVEDO, Luís Gonzaga de - O regalismo e a sua evolução em Portugal até ao tempo do P. Francisco Suárez, *Brotéria, Série Fé-Sciências-Letras*. Lisboa: Tipografia Inglesa, vol. XXIV, fasc. III, 1937, p. 481-498. SEABRA, João - A teologia ao serviço da política religiosa de Pombal: episcopalismo e concepção do primado romano na Tentativa Teológica do Padre António Pereira de Figueiredo, *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, t. VII. Lisboa: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa Universidade Católica Portuguesa, 1995, p. 360-361.

¹⁸ RODRIGUES, Manuel Augusto - Tendências regalistas e episcopalistas em bibliotecas de Coimbra no século XVIII, *Revista de História das Ideias*, vol. 10. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1988, p. 319-326.

¹⁹ RAMOS, Luís A. de Oliveira - Os Beneditinos e a Cultura ..., p. 178-179.

²⁰ CASTRO, Zília Osório de - Jansenismo in AZEVEDO Carlos Moreira de (dir. de) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, vol. 3, p. 7-9.

²¹ TEIXEIRA, Nuno Severiano - O Rei, o Poder e a Constituição, *História e Crítica*, n.º 10. Lisboa, 1983, p. 29-35. Mais recentemente CASTRO, Zília Osório de - Soberania e Política Teoria e Prática do Vintismo, *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. VIII. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1996, p. 183.

depois, o articulado constitucional, via-se abolido pela reacção dos conservadores; mais não se trata do que um sinal que esse grupo tinha entendido, na perfeição, a mensagem veiculada pelos vintistas.

As ideias liberais, no seu conjunto, eram sistematicamente combatidas pela hierarquia da Igreja que, mais tarde, irá considerar o liberalismo como o erro do século. À interferência secular nos negócios eclesiásticos, responde Roma com um processo de centralização na organização da Igreja e, paralelamente, a intromissão da Santa Sé nas igrejas nacionais, situação que é vista pelos seus defensores como normal e justificável²².

Um outro ponto de fricção entre o regime liberal e a hierarquia católica teve nos regulares e nos párocos protagonismo evidente, embora de cariz diferente. Desprezados, criticados e marginalizados os primeiros, os constitucionais viram nos últimos um meio apropriado para a consciencialização das massas populares. O clero paroquial, embora já não tivesse o monopólio do saber, possuía, amiúde, parte considerável da ilustração e dos conhecimentos intelectuais que fazia dele um eficaz meio de propagação de ideias, comportamentos e padrões culturais. Tal circunstância, tornava-o apetecido aos olhos dum poder que se queria impor no todo nacional e durante várias décadas, ao sabor das mudanças políticas, os párocos vão ser utilizados como agentes locais de veiculação de ideias.

Pilar basilar na sociedade nacional, o clero rural chamou a atenção dos diversos governos liberais e consumou-se na tentativa de os transformar em autênticos funcionários públicos, através do estabelecimento de uma cômputa, forçando-os, também, desta forma, a colaborar com os ideais liberais²³. Ao contrário, o frade foi, não raras vezes, ridicularizado pelas autoridades pensantes e políticas do constitucionalismo.

Em suma, os párocos (fonte de manipulação porque asseguravam o enquadramento populacional de todo o espaço nacional, aparecendo como um elemento fundamental na estruturação da vida das populações locais)²⁴, eram os que se encontravam em condições preferenciais para exercerem intervenções favoráveis, junto da população, como mensageiros do novo regime. A informação que se queria dar, se passada e filtrada pelo púlpito, rendia-se numa mais-valia

²² HOUTART, François; ROUSSEAU, André – *L'Eglise Face Aux Luites Revolutionnaires*. Paris/Bruxelles, 1972, p. 74.

²³ CAPELA, José Viriato – *Igreja, Sociedade...*, p. 470, n. 76.

²⁴ ENES, Fernanda – *Clero Secular II. Séculos XVI-XVIII (de Trento a Pombal)* in AZEVEDO Carlos Moreira de (dir. de) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000, vol. 1, p. 361.

considerável para qualquer governo, daí que a colaboração directa e fiel dos párocos fosse assumida como essencial a qualquer sucesso político que se pretendia obter.

Ideologicamente, o clero nunca foi monolítico e a partidarização da Igreja foi um facto inegável. Assim, o exemplo político da conduta dos párocos não foi uníssono, resvalando os seus actores para perseguições e castigos oriundos do poder político, mas também provindos da hierarquia religiosa, consoante a ideia que então se encontrava dominante.

Os sinais de crise

Internamente, a sinalética oriunda da estrutura religiosa também não indiciava tempos fáceis. Eclesiasticamente, sob o ponto de vista espacial, Portugal era muito desigual e dividia-se por arcebispados e bispados de dimensão francamente arbitrária e muitas vezes criados e dimensionados mais por interesse e decisão política do que para responder às reais necessidades religiosas sentidas pela nação portuguesa²⁵. A entrada para o estado eclesiástico e a inculturação das regras endógenas próprias desse sistema não encontrava, na maioria dos proponentes, uma decisão própria e voluntária, antes era condicionada pelas exigências da própria sociedade, especialmente pelas oportunidades em conseguir carreiras profissionais atraentes e recompensadoras do fóro material e social; igualmente decisivos nas escolhas para funções religiosas, são os mecanismos de transmissão do património, desiguais e causadores de situações díspares entre elementos duma mesma família²⁶.

A decadência da Igreja, das suas vocações, dos seus rendimentos, de alguns dos seus comportamentos e ideais era, de facto, assumido por membros da própria estrutura clerical²⁷. Desde o Concílio de Trento que se propunha e determinava a criação de seminários em todas as dioceses; em Portugal, nos inícios de oitocentos, eram mais as dioceses que não o possuíam do que aquelas onde a formação dos futuros párocos passava pelo crivo da instituição educativa clerical imposta por Trento²⁸.

²⁵ SOUSA, Fernando Alberto Pereira de – *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, p. 23 (dissertação de doutoramento policopiada).

²⁶ FARIA, Ana Mouta – *Função da carreira eclesiástica na organização do tecido social do Antigo Regime, Ler História*, n.º 11. Lisboa: ISCTE, 1987, p. 29-41.

²⁷ JESUS, Fr. Antonio de – *Historia Abreviada da Decadencia e Queda da Egreja Lusitana, Com os Meios de a Levantar e Restabelecer...* Braga: Typ. Luzitana, 1863.

²⁸ PINTO, Manuel – *A Igreja e a Insurreição Popular...*, p. 90-91.

A situação de decadência é comum e alargada a outras áreas do país e também nas Ilhas os motivos justificativos de tal situação se encontram bem descritos e identificados, não deixando margem para dúvidas quanto à gravidade da questão²⁹.

Os múltiplos desafios do vintismo

A década de 20 do século XIX foi difícil e problemática; por um lado, o estado liberal, emergente e carente, necessitando de se afirmar, a todo o custo, como instituição central e única de poder. Paralelamente, a Igreja lutava com todas as armas ao seu alcance para não perder uma situação de privilégio de que era detentora secular. Nesta dupla perspectiva, será previsível alguma radicalização das duas partes que mais não representa do que uma tentativa de sobrevivência, em lugar de destaque (leia-se destaque como capacidade de mando – poder). Este confronto de poder(es) implicava que o estado liberal se construísse e se edificasse de forma autónoma do poder sagrado, caminhando progressivamente para uma afirmação laica. À Igreja restava, na lógica liberal, a manutenção dum poder específico – o espiritual – despido de qualquer privilégio passado e, logicamente, enfraquecida na sua dimensão terrena (sobretudo na vertente política e económica).

A atitude do liberalismo pressupunha a criação de um homem mais cidadão e não concebido à semelhança de um ser dependente de forças superiores. Agora, tudo tendia a uma simplificação de processos, valorizando a dimensão terrena, deixando para trás a valorização transcendente³⁰. Esta “transferência da sacralidade”³¹ remetia as instituições eclesiásticas para funções estritamente do fóro espiritual, secundarizando atitudes e estruturas que estavam habituadas a serem participantes, activas e interessadas, nos destinos e nas práticas nacionais.

Tarefa primordial e bem entendida como um desafio pelos vintistas foi a necessidade imperiosa, sobretudo para os liberais católicos, de demonstrar que o regime saído de 24 de Agosto de 1820 e consubstanciado pelo diploma de Setembro de 1822 não originava qualquer

²⁹ ENES, Maria Fernanda Diniz Teixeira – *O Liberalismo nos Açores...*, 1.º vol., p. 214-223. ENES, Maria Fernanda – *A Vida Conventual nos Açores – Regalismo e Secularização (1759-1832)*, *Lusitânia Sacra*, t. XI. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 1999, p. 349.

³⁰ PINHO, Maria Palmira Valente Amador – *Aspectos Históricos e Doutrinários do Anti-Liberalismo em Portugal no Século XIX*. Coimbra, 1964, p. 15.

³¹ VARGUES, Isabel Nobre – A «Fé Política» Liberal, *Revista de História das Ideias*, vol. 11. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1989, p. 303.

antagonismo entre a religião tradicional e o sistema que se queria implantar e fortalecer³². Primordial, porque do sucesso desta mensagem se construiria muito do êxito ou do fracasso da administração liberal, considerando-se como básico a importância da estrutura religiosa na veiculação duma mensagem positiva do ideário constitucional. Não foi por um mero acaso que os vintistas se fizeram acompanhar nos momentos mais simbólicos e mais marcantes pelos membros da hierarquia eclesiástica; não se tratou de uma segunda opção a confessionalidade do regime.

Os vintistas defendem como solução possível e desejável uma regeneração da própria instituição religiosa que passasse pela desvalorização do mundo regular³³. Esse fosso visível entre a vida monástica e as ideias do século vai-se aprofundando tornando-se numa questão política e religiosa³⁴, mas também cultural, económica e europeia.

Ao recuperarem na Constituição de 1822 muitas das ideias e dos valores já defendidos pelos teóricos naturalistas e jusnaturalistas de séculos passados (XVII e XVIII), os vintistas cavaram um fosso intransponível entre uma visão de futuro e aquela que estava presa a realidades tradicionais. Estas normas, agora assumidas às claras e passadas a lei fundamental da nação, conflituavam com um passado ainda presente e que tinha na Igreja fundamento e instrumento base. Rei e Igreja assumiam um estatuto mais ligado com um passado que se quer enquanto tal, pois o futuro pretendia-se mais autonomizado destas duas realidades, embora com elas pudesse subsistir, desde que despidas das suas regalias e privilégios. O parlamento assumia a centralidade do poder legislativo e tudo determinava, dissociado e independente do monarca e da religião. Ambos eram necessários à paz e ao progresso da nação, daí a sua instrumentalização pelos liberais vintistas³⁵.

A moral religiosa foi transformada em moral social, muito embora ainda se tente, pelo menos até 1823, afirmar que o bom cidadão é o bom cristão e o bom cristão se materialize no cidadão exemplar. Contesta-se a Igreja de “Antigo Regime”, dá-se oportunidade para que a opção religiosa fosse, antes de mais, um acto interno e individual. A Igreja devia possuir

³² RAMOS, Luís A. de Oliveira – Portugal e a Revolução Francesa..., p. 204.

³³ FERREIRA, António Matos – Liberalismo in AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir. de) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, vol. 4, p. 428-429.

³⁴ ARAÚJO, António de Sousa; SILVA, Armando B. Malheiro – Inventário do Fundo Monástico-Conventual do Arquivo Distrital de Braga Universidade do Minho, *Itinerarium*, Colectânea de Estudos. Braga: Editorial Franciscana, n.º 121-122, 1985, p. 64.

³⁵ CASTRO, Zília Osório de – *Cultura e Política...*, 2.º vol., p. 472 e 680-686.

apenas um poder espiritual, muito mais interligado com o episcopalismo do que subordinada às directrizes ultramontanas. Esta afirmação ou tentativa de afirmação duma Igreja nacional será, igualmente, factor de divisão e de distanciamento entre Roma e o estado liberal vintista, sendo os bispos e os párocos encarados como o cerne e o fundamento do clero nacional³⁶.

Da Igreja, os vintistas, simultaneamente, exigiram fidelidade, empenho e obediência. Mas, ao mesmo tempo cerceava-lhe rendimentos e receitas, vigiava-lhe comportamentos e atitudes e evitava qualquer intromissão mais notória por parte de Roma. Os privilégios do foro corporativo tendiam a esmiuçar-se num Estado que se pretendia forte, centralizado e proeminente. A legislação assume o regalismo político-eclesiástico, deixando à Igreja meramente uma função espiritual³⁷.

A relação dos párocos e mais eclesiásticos que têm pregado a bem do sistema constitucional (1821-1822).

Tornou-se óbvio ao poder político liberal a necessidade que este tinha do beneplácito do poder religioso para fazer passar a sua mensagem, sobretudo junto às populações mais afastadas dos dois grandes centros políticos, económicos e populacionais: Lisboa e Porto. Em última instância, interessava ao Estado um clero e uma Igreja nacional que promovesse uma conduta ideológica e social, de acordo com as directrizes emanadas do poder central. Carente em infra-estruturas, deficitário em meios de comunicação eficazes, afastado por uma elevada taxa de analfabetismo que cobria grossas fatias da população portuguesa, restava ao Estado a promoção da sua ideologia através dos melhores agentes possíveis: os párocos. Assim, a inculturação política liberal pressupunha que parte do clero português, em especial, mas não unicamente, o de condição secular, aliasse à missão pastoral a tarefa de expedir ensinamentos e práticas que fossem consonantes com os princípios políticos em vigor. Certa da importância decisiva de tal procedimento, a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça expediu ordens para que o *Diário do Governo* fosse publicando uma listagem dos membros do clero nacional que, nas suas localidades, ou noutras, quotidianamente ou em épocas festivas, tivessem pregado a bem do sistema constitucional.

³⁶ CORREIA, José Eduardo Horta – *Liberalismo e Catolicismo...*, p. 42-47.

³⁷ BONIFÁCIO, Maria de Fátima – A Emergência do Radicalismo (1800-1834), II: O dilema criado pela participação política popular in CARNEIRO, Roberto e MATOS, Artur Teodoro (dir. de) – *Memória de Portugal o Milénio Português*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001, p. 439.

A opção não se manifesta parca e ingénua de objectivos; por um lado, como já afirmámos, supunha exportar para todas as paragens do reino uma imagem positiva do recente regime político, condição básica para o seu sucesso futuro. Também, para demonstrar que o clero não estava, nem era contrário aos objectivos propostos pelo governo, ao invés, transportava pelas suas prédicas e exemplos atitudes de respeito e de aderência às novas orientações políticas. Esta instrumentalização de uma grande camada do clero português, visava uma aculturação, que a partir do púlpito, assumisse um carácter quase inquestionável, jogando a favor do governo o prestígio e a forte carga simbólica que a mensagem clerical indubitavelmente possuía. Igualmente, evitando afrontar as crenças religiosas da esmagadora maioria da população e tentando agregar os próprios membros da instituição clerical, o poder político visava uma simbiose de esforços, entrecruzando o labor pastoral com a propaganda política, esperando uma forte margem de aderência por parte das populações. Desta forma, a religião e sobretudo os membros aderentes a esta estratégia, eram vistos como úteis³⁸ na medida em que solidificavam, na mesma mensagem, os preceitos religiosos e a propaganda política, numa clara manifestação de instrumentalização ideológica.

Embora a parenética neste período fosse intensa³⁹, muitas vezes a população mostrava-se incapaz de entender as mensagens pastorais emitidas pelos bispos, cabendo, desta forma, ao pároco rural a missão de descodificar o verdadeiro teor da informação e, paralelamente, formar consciências, legitimando a nova ordem, debaixo de uma autoridade que aliava duas forças notáveis: a política e a religiosa. Esta atitude percorreu todo o território nacional, inclusivamente as ilhas⁴⁰ e traduziu-se numa clara tentativa de propagandear um sistema que não se encontrava estruturado na consciência rural. Desta forma, até a ortodoxa Igreja zelaria pelo sucesso político liberal, visando a edificação de uma nova atitude política, formatada e fundamentada com novos valores (exemplo: a Constituição), tentando agremiar um conjunto de apoios que, na prática, jamais existiram pelo facto da maioria da população rural, quase sempre, se manter alheada de qualquer tipo de participação política⁴¹.

³⁸ GARRETT, Almeida – *Portugal na Balança da Europa do que tem sido e do que ora lhe convem ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado*. Porto: Ernesto Chardron, 1884, p. 19.

³⁹ ALVARES, José Marinho Afonso – *A Parenética Portuguesa e os Principais Acontecimentos Políticos de 1820 a 1834*. Coimbra, F.L.U.C., 1966 (dissertação de licenciatura policopiada).

⁴⁰ ENES, Maria Fernanda Diniz Teixeira – *O Liberalismo nos Açores...*, 1.º vol., p. 494.

⁴¹ TENGARRINHA, José – *Movimentos Populares Agrários em Portugal II...*, p. 494.

Acresce que a conquista do poder que se queria efectivo e amplo, abrangendo todas as parcelas do território nacional não se podia limitar às circunscrições dos principais centros populacionais, especialmente os do litoral. Depois de o haver conquistado (o poder), havia a necessidade de o exportar para localidades mais remotas, mas igualmente importantes, porque quanto mais larga fosse a base social de apoio ao liberalismo, maior seria a sua estabilidade e mais longínquo o seu futuro. Para tal, o clero era o meio mais eficaz e aquele que melhores resultados podia conseguir, quer no dia a dia das populações, quer intervindo, com eloquência e emoção, em celebrações festivas. Tentava-se, igualmente, quebrar barreiras geográficas, políticas, mas também psicológicas e penetrar em terreno mais difícil, mas indispensável ao futuro do regime.

Na óptica liberal, a instrução não se devia circunscrever à religião e aos rudimentos das primeiras letras; devia incluir, igualmente, a dimensão política numa óptica de cidadania, com o conhecimento, ainda que rudimentar, das principais instituições e mecanismos de governação (Constituição, à cabeça)⁴². Instrumento de coesão nacional, a religião e os seus ministros podiam ser portadores duma mensagem cívica e catalisadora da adesão dos fiéis à causa monárquico-constitucional⁴³, tentando concretizar uma “cristianização do figurino constitucional”⁴⁴ atraindo para si, quer membros da própria Igreja, quer população que, de outra forma, se via desprovida dos mecanismos básicos da ideologia liberal e, logo, predisposta a ser conquistada pelo adversário político. Aqui, conquista era, também, não permitir margem de progressão aos adversários e sendo uma mensagem difundida pelo clero, o grau de veracidade e de penetração seria bem maior. O contributo estava aberto a todos, sem excepção e muitos foram aqueles que viram reproduzido na imprensa oficial o seu nome, como parte integrante do esforço de evangelização político-liberal.

A intervenção do clero só se justificava na medida que havia necessidade de alterar a normalidade institucional das populações; o aparecimento de uma ideologia diferente por si só não bastava para atrair simpatizantes. Havia que demonstrar a sua validade e a sua utilidade social e, acima de tudo, provar que ela não colidia com os fundamentos da religião católica. A mensagem destinava-se a um público cada vez mais alargado e que se pretendia interveniente – cidadão. Ao serviço da Igreja e do Estado, os membros do clero deviam colaborar com o

⁴² CARVALHO, José Liberato Freire de – *Memórias Com o Título de Annaes Para a Historia do Tempo Que Durou a Usurpação de D. Miguel*, vol. IV. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840-1843, p. 165-166.

⁴³ VARGUES, Isabel Nobre – A «Fé Política» Liberal..., p. 278.

⁴⁴ SILVA, Armando B. Malheiro da – O Miguelismo em Braga II. Factos e ideias para o estudo da contra-revolução, *Bracara Augusta*, vol. XLI, n.º 91-92, (104-105). Braga, 1988-1989, p. 411.

regime, utilizando a sua influência junto das populações para que estas aderissem, ou pelo menos, não repudiassem o liberalismo⁴⁵. Com os párcos, procurava-se moldar e estruturar um novo comportamento político, influir nas opiniões das pessoas e, igualmente, nas suas práticas e decisões (voto). Tal só seria possível porque o fenómeno religioso comporta e assume uma dimensão social, interligada com uma vivência, intimidade de rituais e de relações. Estas múltiplas simbioses implicam uma forte osmose com as ideias, cultura, opinião pública, mentalidade das classes sociais, daí, também, a quase impraticabilidade de desligar o fenómeno religioso da prática e da história social, tal é a sua interpenetração. A decisão do futuro político estava, igualmente, nas mãos e na capacidade interventora do clero capaz, ou não, de criar “um dinamismo confluyente”⁴⁶.

Era para o *Diário do Governo* que se remetiam os nomes dos eclesiásticos que pregavam e procediam a bem do sistema liberal. O volume de informação que nos chega é desigual, quer na quantidade, quer na qualidade dos dados fornecidos. Teoricamente (porque nem sempre assim acontece), conseguimos referenciar a localidade, o pároco ou párcos que se manifestaram pró-liberais, a descrição do tipo de acção realizada e o responsável pelo fornecimento desses dados ao governo central. A primeira notícia de que temos conhecimento remonta a 13 de Novembro de 1821 e aí o beneficiado encomendado Pedro António de Figueiredo, de Albufeira, é mencionado por ter concorrido para a fortificação do regime. O que fez em concreto não sabemos, por omissão da própria fonte, mas conhecemos, por exemplo, que em Évora o prior de Oréga, António Luciano, bom serviço fez à causa nacional e “com ilustração e sã doutrina derrama no pulpito as melhores informações sobre os seus fregueses”⁴⁷.

Aliás e em jeito de curiosidade, detectam-se múltiplas referências a localidades situadas na região do Alentejo: além de Évora, que aparece referenciada por quatro vezes, outras como Mourão, Portalegre, Redondo, Odemira, Arroios, Alter do Chão, Sousel, Crato, Avis, Moura, Serpa, Borba, Campo Maior, Monsaraz, Beja, Viana do Alentejo, etc. concorrem, com as suas especificidades próprias, para que a aderência ao sistema constitucional seja efectuada sem sobressaltos de maior.

⁴⁵ NETO, Vítor – *O Estado, A Igreja...*, p. 47.

⁴⁶ MACEDO, Jorge Borges de – Para o Encontro de Uma Dinâmica Concreta na Sociedade Portuguesa (1820-1836), *Revista Portuguesa de História*, t. XVII, vol. II. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1977, p. 252.

⁴⁷ *Diário do Governo*, n.º 269, 13 de Novembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 759.

A metodologia utilizada é diversa e muitas vezes tende a condizer com a personalidade ou com os dotes do pároco interveniente. Em Sousel, por exemplo, é de salientar, também, a atitude assumida pelo médico municipal, Joaquim Baptista Sequeira que, “com as suas luzes e saber iluminado, fez entrar no verdadeiro espirito constitucional” não só os próprios clérigos mas, igualmente, o “povo rude”, debelando opiniões erróneas, segundo afirmou o juiz de fora⁴⁸. Já em Avis, nota-se que se vai estabelecendo uma cordial e vantajosa opinião pública sobre o “actual sistema” e os párocos, segundo o corregedor da comarca, empregavam-se com zelo na exposição das “grandes utilidades que a nação já experimenta pelas beneficinas e saudáveis providências do augusto congresso”⁴⁹.

As informações repartem-se um pouco por todo o território nacional, ilhas incluídas⁵⁰. Por exemplo, em Aveiro, não constava ao juiz de fora que eclesiástico algum, regular ou secular, se tivesse oposto ao “actual sistema”, já que todos, com veemência, tinham feito ver e representado aos povos os bons resultados do estado político⁵¹. A lista que o mesmo informador enviou e que se encontra publicada no diário oficial, compõe-se de 17 clérigos, de diferente condição que, em conjunto, assumiram a defesa do constitucionalismo. Se percorrermos, um pouco mais, no sentido do interior, encontramos referências detalhadas relativamente a Viseu. 10 clérigos seculares foram apresentados como pregadores do sistema liberal; a estes juntaram-se dois capuchos, cuja identificação não é assinalada, mas com sermões haviam tocado e assinalado as vantagens e os benefícios que “devem resultar da actual forma politica”. Garantia o corregedor que o espírito público é “assaz constitucional” e notava-se uma mensagem de esperança nos tempos vindouros⁵². Se formos mais para norte – Chaves – vemos que o juiz de fora assumiu que todos os párocos cumpriram com os seus deveres, ilustrando os benefícios que podiam resultar da “feliz regeneração”. Aqui, nota-se, uma vez mais, um acento tónico nos tempos futuros e de entre todos, aquele que mais se destacou, pelo seu comportamento exemplar, foi o reitor da matriz, Francisco Inácio Sampaio Pimentel. Apelidado de “pároco verdadeiramente constitucional”, embora todos os restantes (não identificados) se assumissem pela exemplaridade da conduta cívica e política⁵³. Ainda por terras de Trás-os-Montes podemos

⁴⁸ *Diário do Governo*, n.º 4, 04 de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 30.

⁴⁹ *Diário do Governo*, n.º 297, 15 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 953.

⁵⁰ Em Angra o deão e o arcebispo depois de acusar a portaria que solicitava a explicação aos povos dos bens e vantagens da constituição, logo dirigiram pastorais a todos os párocos e garantem que, geralmente, os diocesanos se acham persuadidos das vantagens do novo sistema constitucional. *Diário do Governo*, n.º 129, 3 de Junho. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 919.

⁵¹ *Diário do Governo*, n.º 298, 17 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 959.

⁵² *Diário do Governo*, n.º 307, 28 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 1026.

⁵³ *Diário do Governo*, n.º 307, 28 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 1026.

visualizar Mirandela, Moncorvo, Alijó e Bragança. No primeiro local, tanto os habitantes, como o clero secular, mereceram louvor pela prática política de notória e firme adesão ao liberalismo. Entre o clero, todos experimentaram os bons resultados dos “benefícios actuais”, sendo o reitor da matriz, José Frederico Camisão Morais Sarmento e dois frades, Joaquim de Assunção e Frei Manuel da Família Sagrada, reveladores de provas constitucionais, explicando, segundo os seus talentos, as “vantagens actuais”. Em Alijó, o prior António Luciano Máximo Borges pregou uma oração “em bom sentido constitucional” tendo assim contribuído para a manutenção da tranquilidade pública. Já em Bragança, o reverendo abade Francisco António Teixeira foi dos primeiros a falar do sistema constitucional aos seus fregueses, continuando, ainda, neste “louvável exercício”⁵⁴.

A título de exemplo, que informações retemos dos maiores centros urbanos portugueses: de norte para sul – Braga, Guimarães, Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa e Évora?

Primeira nota interessante: descortinamos poucas indicações sobre a capital. A proximidade física com o poder político talvez não justificasse, maciçamente, este tipo de intervenção; por outro lado, seria relativamente fácil uma vigilância atenta na cidade capital do reino, quer aos comportamentos aderentes, quer aos dissidentes, pelo que não nos surgem significativas informações sobre território lisboeta. O que se afirma, é que o clero, em geral, não se mostrava desafecto ao sistema constitucional. Porém, não há indicadores que suportem o contrário. Isto é, fica a ideia de um certo distanciamento dos clérigos relativamente aos valores políticos liberais. As excepções encontrámo-las em nove religiosos de diferente condição⁵⁵. Estes tinham-se distinguido e tornaram-se beneméritos da causa política porque explicaram “em suas praticas aos povos em que consiste o sistema constitucional e quanto ele se avanta aos outros governos”⁵⁶.

Braga. Por duas vezes detectamos dados sobre esta localidade: Março e Maio de 1822. No primeiro caso, não são citadas as identificações dos clérigos que concorreram para o normal funcionamento da sociedade mas o juiz de fora do cível assegurava que o “espirito publico dos povos está em perfeita tranquilidade e os povos manifestam adesão ao sistema constitucional”.

⁵⁴ *Diário do Governo*, n.º 42, 20 de Fevereiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 313.

⁵⁵ São eles o reitor da Sé, João Gererpo Efrem, o prior de S. Martinho, Joaquim José Pereira Leite, o cura da Lapa, António Sepúlveda e Vasconcelos, o bacharel Francisco de Paula Guerra, os padres Vicente de Santa Rita e João dos Santos Mata; acresce os frades Manuel da Conceição Argêa, José de Almeida Draque e Joaquim Cardoso. Cf. *Diário do Governo*, n.º 135, 11 de Junho. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 959.

⁵⁶ *Diário do Governo*, n.º 135, 11 de Junho. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 959.

Os párocos da cidade e termo explicavam os “bens que a nação goza do governo constitucional”⁵⁷. A 27 de Maio seguinte, o *Diário do Governo* informava que o dia 26 (aniversário da instalação das Cortes), foi muito celebrado na cidade e na catedral onde concorreu muita gente de todas as classes e se cantou *Te Deum* com toda a solenidade, oficiando o bispo de Carres. Segundo se escreveu, o abade de S. Cosme fez uma oração muito constitucional e digna do objecto de tão memorável dia⁵⁸.

Guimarães surge por três vezes relatada no periódico oficial. Perfeito sossego “em todos os respeitos da comarca”, garante o corregedor, a 8 de Dezembro de 1821. O mesmo informador, em Fevereiro seguinte, assume que os habitantes mostraram-se muito adidos ao sistema constitucional e especialmente os religiosos do Convento de S. Gonçalo, “tanto nas suas conversações”, como nos sermões, em que com a maior energia explicaram aos povos “as vantagens que já se gozam e se esperam gozar depois da consolidação do novo sistema”. Por fim, nova nota em Maio; agora cinco clérigos mereceram destaque porque nas suas práticas revelaram decidido interesse pelo sistema constitucional e se empenham nas necessárias explicações para merecerem as vantagens dele. Os identificados são os abades M. Joaquim de Sá, António Pinto de Magalhães, António José da Silva Correia e José Lopes Coelho e o vigário Manuel José Cardoso de Sepúlveda⁵⁹.

Porto, cidade berço do liberalismo. O declarante é o corregedor da comarca e as informações que surgem em Dezembro de 1821 são importantes porque demonstram a participação de clero regular em actividades pró-liberalismo. Frei António de Santa Bárbara e Frei António de Santa Catarina Braga, com os seus sermões, tinham insinuado as vantagens do sistema constitucional e o quanto ele se ajustava às máximas da religião católica. Estes agostinhos reformados mereceram igualmente louvor pela pregação que executaram, distinguindo-se neste especial Frei António de Santa Catarina Braga que no 1.º de Abril recitou um sermão onde explicou as bases da constituição que acabavam de ser juradas⁶⁰. Três dias após, com base noutra informador, a cidade do Porto volta a merecer honras de publicação. Agora e para além dos já citados frades, surgem mais quatro (José de Santa Catarina, António de Coimbra, Paulo do Porto e Manuel Joaquim Gomes Delgado). Estes, juntamente com o reitor de Rio Tinto, João Soares da Cunha tinham pregado “as solidas verdades do sistema constitucional e concorreram muito para conduzir e fixar a opinião pública”.

⁵⁷ *Diário do Governo*, n.º 64, 16 de Março. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 446.

⁵⁸ *Diário do Governo*, n.º 123, 27 de Maio. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 847.

⁵⁹ *Diário do Governo*, n.º 123, 27 de Maio. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 875.

⁶⁰ *Diário do Governo*, n.º 292, 10 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 917.

Mas a informação não acusa apenas exemplos positivos. Ao juiz de fora e crime “não lhe consta que os párocos da cidade tenham cumprido com o que se lhe tem determinado a este respeito, e das corporações religiosas nada lhe consta além do referido”. Isto é, estes exemplos aqui citados são extremamente insignificantes tendo em consideração os quantitativos clericais da cidade⁶¹. A terceira vaga de informações ocorre em Maio de 1822; então, não se enunciavam nomes mas garantia-se que o aniversário da instalação das cortes, havia decorrido com “as maiores demonstrações de aplauso, sendo geral a alegria e entusiasmo, não havendo o mais leve incidente que indicasse divergência de sentimentos, nem acontecimento algum que perturbasse a publica tranquilidade e regozijo”⁶².

Em Coimbra, por duas vezes, ocorreram manifestações dignas de registo. Em Dezembro de 1821, afirmou o juiz de fora, que o prior de S. Pedro, na missa conventual, havia explicado os bens que resultavam do sistema constitucional e a 11 de Janeiro seguinte, o mesmo informador, aumentava o número de clérigos merecedores de nota positiva: o prior de Santa Justa, o de S. Martinho do Bispo, o de Casal Comba e o de Carvalho. Todos eram recomendáveis porque tinham manifestado em suas práticas e homilias, a mais sincera adesão ao constitucionalismo, instruindo e persuadindo o povo das vantagens que dele resultavam⁶³. A salientar, a quase ausência de referências positivas ao clero citadino.

Santarém viu três padres a prestarem uma conduta exemplar e a explicar os principais fundamentos da constituição política (Francisco Nunes, Francisco Augusto de Aguirre e João António de Oliveira Barreto). Quanto aos regulares, as notícias não são tão optimistas: se bem que não constasse ao juiz de fora do cível que os religiosos dos diferentes conventos tivessem insinuado, por meio de prédicas, as vantagens do novo sistema, também não lhe constava o contrário, já que optaram por uma posição de silêncio⁶⁴. Em Abril seguinte, nova publicação no diário oficial. Mais quatro seculares são premiados pelas suas actividades em prol do governo: o vigário dos Pisões, o prior de Tremez, o vigário da Raposa e o vigário do Pinheiro Grande. Agora, afiançava o mesmo informador, eram os párocos do campo que se prestaram a explicar os princípios constitucionais e a exortar aos povos à sua fiel observância. Quanto ao espírito constitucional dos habitantes, em geral, não “pode ser mais excelente”⁶⁵.

⁶¹ *Diário do Governo*, n.º 292, 13 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 939-940.

⁶² *Diário do Governo*, n.º 124, 28 de Maio. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 882.

⁶³ *Diário do Governo*, n.º 10, 11 de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 78.

⁶⁴ *Diário do Governo*, n.º 293, 11 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 925.

⁶⁵ *Diário do Governo*, n.º 81, 8 de Abril. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 559.

Quanto a Évora, mereceu 4 chamadas de atenção pela imprensa. A primeira data de Novembro de 1821 e reconhecia como muito válido o trabalho do prior António Luciano na tarefa de ilustrar os seus fregueses sobre as recentes inovações políticas. Mais informação é detectada cerca de um mês depois e aí, para além do pároco Luciano, surgem-nos três frades que, em conjunto concorreram para a construção de um espírito público liberal. Foram eles Frei Fernando da Serra, Frei João Venâncio e Frei Joaquim Maneta. Afirmava o juiz de fora que as determinações do sistema liberal eram cumpridas pelos párocos em geral, corroborando a determinação dos já citados⁶⁶. Outro clérigo regular nos aparece referenciado como merecedor dos maiores elogios; agora é o juiz ordinário que assegurava que o espírito do povo estava inteiramente constitucional e de igual forma se encontrava o do clero secular e regular. No convento da Madalena, o guardião e mais pregadores tinham explicado aos povos “os bens do actual sistema”, distinguindo-se muito Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus, pelas provas que havia dado da sua “muita adesão ao mesmo sistema”⁶⁷. As últimas referências que possuímos sobre a capital alentejana decorrem da informação produzida, novamente, pelo juiz de fora. Agora, os referenciados são o prior de S. Pedro e o reitor de Santo Antão. Francisco Limpo Pimentel e José Lúcio Limpo Pimentel, no dia 26, “deram as mais decididas demonstrações de prazer e satisfação”, concorrendo todos à Sé, onde houve *Te Deum*, para o qual foram convidadas pela Câmara, todas as autoridades, civis e militares e pelo arcebispo, todo o clero secular e regular. Os habitantes, “voluntariamente”, puseram iluminárias e de toda a maneira expressaram sentimentos de alegria e prazer pela nova ordem política. Os párocos da cidade foram “exactos em mostrar as vantagens do novo sistema a seus fregueses”⁶⁸.

Muitos outros exemplos poderíamos aqui concretizar da adesão clerical ao sistema político liberal. Mas não nos podemos deixar envolver pela aparente simplicidade das informações e da fonte. Convém não esquecer que se trata dum documento oficial, emanado e controlado pelo próprio poder político, logo sujeito a uma parcialidade evidente e facilmente compreendida. Ao ilustrar quase somente mensagens positivas, tal não significava que não houvesse resistentes e resistências ao poder instalado. Por outro lado, não convinha publicitar possíveis deserções que podiam servir de exemplo e de incentivo a outros descontentes. É isso mesmo que a fonte pretende: dar exemplos concretos de aderentes de condição clerical, provando, desse modo, a possível e desejável articulação entre poder político e estruturas eclesiásticas. Daí a importância da generalização geográfica pois, desta forma, o público leitor ficaria com a ideia de que o processo estava amplamente disperso pelo território nacional, facto que convinha de sobremaneira aos liberais.

⁶⁶ *Diário do Governo*, n.º 298, 17 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 960.

⁶⁷ *Diário do Governo*, n.º 3, 3 de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 23.

⁶⁸ *Diário do Governo*, n.º 123, 27 de Maio. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 847.

Sem menosprezar a validade parcial da informação recolhida, temos de convir que se trata de uma realidade encomendada e construída pelas estruturas dirigentes, no escopo de ilustrar uma realidade que talvez não fosse exacta, mau grado todos os esforços exercidos. Acresce que ter um discurso ou uma prática constitucional não significa exactamente que se seja apoiante dessa ideologia, podendo, assim, muitos clérigos mascarem-se duma filosofia que não era, verdadeiramente, a sua. O silêncio de alguns e a quase indiferença de outros, isso indicia.

Quando analisamos o tipo de acção ou o tipo de empenho que os diversos clérigos tiveram, bem como a metodologia utilizada, somos confrontados com atitudes completamente díspares. Há aqueles que, abertamente, decidem promover o novo sistema político, realizando mais do que aquilo que lhes era solicitado – e assim podemos crer na veracidade do acto. Outros, traduziam e alimentavam certas acções, pouco mais do que rotineiras ou que manifestavam evidente obrigação causada pelas determinações superiores. Muito provavelmente, estes, executariam essas tarefas por obrigação ou, possivelmente, temendo consequências futuras. Sermões, missas, *Te Deum*, festividades religiosas ou civis, aniversários, etc. seriam os momentos por excelência para as práticas encomendadas pelo governo.

Estrategicamente, procura-se difundir uma mensagem de coesão e de unidade nacional em torno do projecto liberal. A defesa do bem comum, da felicidade pública, do patriotismo, da segurança pública, a par de vantagens materiais presentes e, sobretudo, futuras são epítetos fortemente utilizados pelos mentores da nova ordem. O povo devia perceber e esperar um futuro mais risonho que se estava a construir com as reformas políticas encetadas em 1820. O futuro é um conceito importante no léxico liberal.

Quantitativamente dominam as referências aos seculares; minoritários são os indicadores que assinalam a participação política dos regulares. Já enunciamos alguns exemplos mas podemos exemplificar com outros mais.

Em Cascais, os religiosos carmelitas descalços e os de Santo António do Estoril, em vários sermões, fizeram ver aos povos os bens que lhes “resulta de uma constituição liberal e o quanto ela é conforme com as maximas do evangelho, cujas directrizes são conhecidas dos povos”⁶⁹. Em Beja, a cidade e a comarca achavam-se na perfeita tranquilidade, “progredindo admiravelmente o sistema constitucional”, apesar das notícias aterradoras que os descontentes tratavam de espalhar nesta província, querendo persuadir o povo que as desgraças da Espanha vieram com a Constituição. “Semelhantes notícias se têm dissolvido, podendo-se afirmar a

⁶⁹ *Diário do Governo*, n.º 293, 11 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 925.

constancia e firmeza da comarca, devendo-se muito aos juizes de fora que, á porfia, se esmeram em conservar a tranquilidade, cumprir a lei e fazer propagar o sistema que felizmente nos rege". Os frades e párocos, assegura o periódico governamental, pregavam e explicavam aos povos os "incomparáveis bens da regeneração" e em cerca de uma vintena de clérigos enunciados, 9 eram de condição regular. Em Lamego, apesar de serem os párocos que instruíam convenientemente os povos pelas suas práticas e discursos, fazendo-lhes conhecer as vantagens que "principiam a experimentar e as de que futuro se lhes hão de seguir", três dos citados eram frades⁷⁰ o que demonstrava que mesmo dentro da família regular vários foram os que contribuíram, com o seu esforço, para a solidificação do regime.

Resistências também as houve, embora tendam a passar despercebidas no imenso rol dos "bons exemplos".

Em Caminha, os párocos tinham instruído os povos sobre os bens resultantes do "actual sistema". Mas os religiosos do convento de Santo António da Província da Conceição, demonstraram alguma frieza porque "unicamente se reduzem a pedirem a Deus que ilumine o governo e que se deve obedecer cegamente a quem governa" atestava, algo desanimado, o juiz de fora⁷¹. Em Mafra, foi preciso o juiz utilizar de argumentos mais fortes para que os párocos cumprissem com os seus deveres políticos, enquanto em Pombal os párocos só cumpriram a sua obrigação desde que lhes fizeram saber que esta "era a vontade de Sua Magestade"⁷². Já em Silves, com a excepção do prior do Algos, que com mais eficácia se empregou em explicar o que era a "constituição e liberdade política", os mais foram "frouxos" no cumprimento dos seus deveres, mas nenhum se mostrara escandaloso. Os priores de Alcantarilha, de S. Bartolomeu e de S. Marcos, quanto lhes permitia seus talentos, cumpriram as ordens do soberano congresso.

Aspectos curiosos também existiram. Em Armamar foi o sistema constitucional objecto das práticas dos párocos, mas o juiz ordinário não o participou por esquecimento ou má vontade. Quem o afirmou foi o pároco da freguesia que assim pretendia demonstrar o seu zelo político e apoio ao poder central. Já em Viseu, o dia 26 de Janeiro foi celebrado com parada geral, jantar e teatro; representou-se a peça "Os Corcundas que fez sensível efeito no publico, que assistiu com gosto ridicularizados aqueles que ainda são apaixonados pelos tempos da arbitrariedade e despotismo"⁷³. Não menos digno de registo foi a experiência de Avis onde o reverendo

⁷⁰ *Diário do Governo*, n.º 67, 20 de Março. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 468.

⁷¹ *Diário do Governo*, n.º 291, 8 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 913.

⁷² *Diário do Governo*, n.º 67, 20 de Março. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 468.

⁷³ *Diário do Governo*, n.º 124, 28 de Maio. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 882.

Manuel José da Rocha, benemérito eclesiástico, empregou-se, gratuitamente, há muitos anos na educação da mocidade, chegando a quarenta os seus alunos. Instruía-os nas "mais belas maximas constitucionais" e o mesmo praticava em seus sermões, com decidido esmero e geral satisfação. Para terminar, uma nota sobre Vidigueira e Frades. Aí o juiz de fora assumia um anormal protagonismo já que "há três meses ordenado aos mestres de primeiras letras que copiassem as bases da constituição e que as fizessem aprender de cor pelos seus pequenos discípulos e que lhes pediria satisfação quando julgasse haver decorrido tempo suficiente, descobriu entusiasmo nos mestres e emulação em seus discípulos"⁷⁴.

A relação dos párocos e mais eclesiásticos que têm pregado a bem do sistema constitucional, por si só, levanta pistas que carecem de suporte posterior, já que o número de paróquias ilustradas não chega às cinco centenas num universo nacional que atinge quase quatro milhares. Terá tal diferença numérica querido significar afastamento do clero em relação ao determinado pelo governo? Por outro lado, muito embora tenhamos detectado alguns regulares, estes estão claramente em minoria no contexto da realidade eclesiástica portuguesa. E os outros, para que lado pontificavam? À medida que o vintismo se concretizava não se terá desenvolvido um aumento de comportamentos desviantes? E as múltiplas localidades que não conseguimos descortinar, terão sido atingidas pelas prédicas constitucionais? Muitas destas interrogações são substantivas na medida em que insinuam a incipiente e frágil propaganda liberal. Os liberais careciam dum tempo que não tiveram porque o movimento contra-revolucionário foi lesto na estruturação de uma resposta, embora concretizada a dois tempos.

Os resistentes ao novo regime segundo o *Diário do Governo* (1821-1822)

Houve, de facto, um universo ainda não quantificado de clérigos que assumiram, desde os alvares do primeiro liberalismo, uma clara posição de adesão aos princípios defendidos pelo sistema político então vigente. São conhecidas as posições de alguns membros da alta hierarquia da Igreja portuguesa (ex. o bispo de Elvas e o de Beja) que aferiram os seus valores pela proximidade ideológica liberal. Mas também noutras camadas da condição clerical, se ilustraram exemplos seduzidos pelas novas propostas, acarretando, mais tarde, situações de exílio, interno e externo, provocadas por uma coragem e constância ideológica que é justo mencionar.

⁷⁴ *Diário do Governo*, n.º 175, 27 de Julho. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 1273.

Quando folheamos o *Diário do Governo*, entre as datas de 1821 e 1822, ficamos com a nítida sensação que muitos párocos, ao cumprirem com extraordinário empenho a tarefa de propagandear o sistema constitucional, não só cumpriam com as determinações superiores mas, igualmente, demonstravam uma osmose de valores com a nova orientação política. Assim, mesmo na parcela regular, os aderentes ao liberalismo foram múltiplos, carecendo de uma nítida quantificação, tarefa que, para esta altura, não se apresenta nada fácil.

Se aderentes existiram, resistentes também os houve e desde cedo madrugam as informações que consubstanciam tomadas de posição contrárias aos desígnios liberais, por parte de indivíduos pertencentes ao clero, tomando a peito e conscientemente, uma acção contrária às directrizes governativas. Para além daqueles que conseguimos detectar⁷⁵, cremos que muitos mais tenham ficado, ao menos, desconfiados das propostas liberais mas, provavelmente, não tiveram coragem de, ao tempo, assumir uma posição inequívoca e de força perante as autoridades instituídas. Outros, talvez, esperassem por sinais mais concretos para exteriorizar os seus verdadeiros sentimentos, circunstância que iria acontecer com as mudanças políticas operadas nos anos de 1823 e 1824.

Apesar destes limites e conhecendo as tradicionais reservas que alguns membros da cúpula da Igreja lusitana tomaram relativamente ao constitucionalismo, fomos descortinando um conjunto de exemplos que desde 1821 demonstraram, por vastas áreas do território nacional, oposição, declarada ou não, aos governos liberais. Outros teriam, por conveniência⁷⁶, aderido ao novo sistema, enquanto vários manifestavam sérias reservas, optando, posteriormente, por uma colagem definitiva ao sector tradicionalista representado por D. Miguel. Desta forma, desde cedo, se estruturou uma corrente bastante intensa para corroer as orientações que de Lisboa deviam percorrer todo o país, cristalizando em forma de guerrilhas locais⁷⁷ e de feição contrária ao liberalismo nascente. Assim, é sintomático aferir que a domesticação da instituição religiosa pelo poder político encontrou barreiras quase intransponíveis em variadíssimos membros da Igreja, quer fossem de alta ou de menor condição.

⁷⁵ De facto, independentemente dos exemplos que aqui vamos retratar, convimos que o periódico oficial do governo liberal não será a fonte melhor situada para nos informar das desobediências às directrizes do poder central. Apesar de limitada, esta contribuição mais não pretende do que abrir um caminho de investigação a desenvolver.

⁷⁶ COUTO, José Jorge – A Adesão da Ilha de S. Miguel à Revolução de 1820, *História e Crítica*, n.º 10. Lisboa, 1983, p. 17-28.

⁷⁷ *O Liberalismo Português no Século XIX. Livre Cambismo / Protecçãoismo*. Mesa Redonda, Condução e Introdução de Artur Portela. Lisboa: Moraes Editores, 1981, p. 13 -14.

Se somos confrontados com situações quase anómalas como aquela que ocorreu em Vila do Bispo em que o prior José Pedro da Silva Gonçalves elaborou um catecismo constitucional pelo qual ensinava aos seus paroquianos os fundamentos do constitucionalismo político e ministrava aos jovens, compreendidos entre os 5 e os 11 anos, os “rudimentos constitucionais” aos quais estes respondiam “com todo o empenho”⁷⁸ também, detectamos atitudes de alguma frieza ou mesmo afastamento das directrizes governamentais. Se em Alcobaça o juiz de fora não duvidava da sincera adesão do povo ao liberalismo, o mesmo não podia afirmar do clero secular e regular. De facto, em algumas práticas e sermões, os clérigos tinham abordado a temática mas o empenho estava longe de ser o mais correcto. Também em Almodovar o juiz de fora não assegurava total dedicação de todos os párocos, muito embora alguns tivessem satisfeito todos os seus deveres⁷⁹. A mesma frieza e distanciamento se detecta nos religiosos do convento de Santo António da Província da Conceição, por terras de Caminha; aí os conventuais reduziam-se a pedir a Deus que iluminasse o governo e exortavam as populações a obedecer, “cegamente”, a quem governasse. Já em Mafra, só depois do juiz de fora ter admoestado os párocos é que estes se dignaram cumprir com os seus deveres de inculturação política⁸⁰.

Com estes exemplos, somos compelidos para uma realidade concreta que supunha uma clara suspeita das determinações liberais. Mas não ficam por aqui as notas que aferimos sobre comportamentos dissidentes ou menos ortodoxos para com o regime político. Benavente, Sousel, Silves, Santarém, Terena, Porto, S. João de Areias e Pombal são outras localidades onde as ordens do governo liberal esbarram, ou com a indiferença ou com comportamentos opostos, de parte de muitos clérigos. Ou porque imperava o silêncio quando devia ser-se exuberante e comunicativo, ou porque predominava a frouxidão quando se esperava determinação, o certo é que nas localidades de Silves e de Benavente, segundo as informações dadas pelos respectivos juizes de fora, os párocos não cumpriram, com exactidão, as orientações providas de Lisboa. Já em Sousel não era tanto a oratória que estava em questão mas, antes, a circunstância de dois frades franciscanos, de origem espanhola (Frei Ildefonso Canhete e Frei João d'Assa), terem sido presos pelo facto de se ausentarem sem licença do seu superior e de serem homens de suspeita e de passarem por vadios⁸¹. Em Santarém, os religiosos dos diferentes conventos, ao invés dos párocos, não haviam insinuado, por meio de prédicas, as vantagens do sistema político, embora não constasse que o criticassem⁸².

⁷⁸ *Diário do Governo*, n.º 122, 20 de Maio. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 869.

⁷⁹ *Diário do Governo*, n.º 279, 24 de Novembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 831.

⁸⁰ *Diário do Governo*, n.º 291, 8 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 913.

⁸¹ *Diário do Governo*, n.º 292, 10 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 917.

⁸² *Diário do Governo*, n.º 293, 11 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 925.

Esta posição de aparente neutralidade e equilíbrio não agradava aos governantes que, cientes da importância do clero para a consciencialização das massas populares, exigiam participação activa e denodado zelo na veiculação da nova ideologia. Esta falha de participação concreta foi detectada e assumida noutras localidades como no Porto e Terena incluindo, agora, membros do clero secular. Na cidade portuense, muitos párocos e regulares não assumiram qualquer comportamento condizente com as ordens políticas, enquanto em Terena os párocos das freguesias do Campo, S. Tiago e de Santo António de Capelins manifestaram uma total ausência de motivação para a prédica político-constitucional, atitude que mereceu forte reparo do juiz territorial⁸³.

Embora de bons costumes, o clero de S. João de Areias nada havia dito acerca do soberano congresso; em Pombal, os frades que ali viviam remetiam-se a uma vivência de tal forma afastada da generalidade da população que o juiz de fora se via incapaz de descortinar, com justiça e imparcialidade, qualquer atitude ou preferência política⁸⁴. No sul do território, mais propriamente em Beja, a cidade e a comarca encontravam-se, segundo se relatava, na mais perfeita tranquilidade e o espírito constitucional ia progredindo de forma “admirável”. Isto apesar das notícias “aterradoras” que os descontentes tratavam de espalhar naquela localidade, procurando persuadir o povo que as desgraças vividas em Espanha surgiram e avolumaram-se com a Constituição⁸⁵. Preocupação similar embora de fundo diferente, ocorreu na cidade transmontana de Bragança. Aí o sistema constitucional encontrava-se estimado pelos homens entendidos, porém, não se manifestava disseminado nem tinha feito grandes progressos no povo. Se alguns párocos se esforçaram em alastrar a ideologia liberal, outros não o fizeram e de modo algum cooperaram para o progresso deste “vantajoso sistema”⁸⁶.

Estes casos demonstram a fragilidade da metodologia e da estratégia utilizada pelo poder central; acresce que o mesmo poder assumiu, progressivamente, uma atitude de maior censura para aqueles que ousaram questionar as suas decisões ou orientações. O mesmo periódico oficial retrata vários casos em que os eclesiásticos foram alvo de processos causados pela sua conduta política, sendo alguns destinados a penas de prisão ou obrigados a abandonar território nacional.

⁸³ *Diário do Governo*, n.º 294, 12 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 933.

⁸⁴ *Diário do Governo*, n.º 306, 27 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821, p. 1017.

⁸⁵ *Diário do Governo*, n.º 11, 12 de Janeiro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 85-86.

⁸⁶ *Diário do Governo*, n.º 67, 20 de Março. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 469.

Quando, em Junho de 1823, a Junta Governativa do Porto ordenou que se soltassem da Cadeia da Relação os indivíduos que aí se encontravam detidos por delitos de opinião e políticos, verificamos que num total de 79 casos, 20 pertencem à condição eclesiástica, sendo 19 secularizados e apenas um regular⁸⁷.

Este aumento da vigilância que o poder político liberal assumiu perante os eclesiásticos rebeldes é notório pela notícias que se lêem no periódico oficial, a partir de Maio de 1822 e demonstram a incapacidade real do governo em disciplinar os eclesiásticos mais ousados. As sentenças percorrem variados eclesiásticos, de ambas as condições e as motivações, embora diferenciadas, apresentam como pano de fundo a questão política e ideológica. A recusa de jurar as bases da constituição detecta-se paralelamente ao facto de no exercício das suas funções pastorais, vários clérigos não se mostrarem afectos ao sistema constitucional, optando por uma prática contrária aos interesses do governo. Outros são acusados pela mera suspeita de serem autores de manuscritos, encerrando propostas contrárias ao liberalismo. É o caso de Frei Manuel da Encarnação Sobrinho, religioso da Congregação de S. Paulo que é acusado de ser o autor do escrito *Preservativo simples e Catholico contra as idéas liberaes do seculo dezanove*⁸⁸. Vários religiosos são compelidos a retirarem-se para localidades pré-determinadas até se encontrar cabalmente aferida a sua conduta política, sendo entretanto vigiados pelos seus superiores hierárquicos. Outros são apenas repreendidos pelo facto de se mostrarem desafeiçoados ao sistema e pelos excessos que cometeram ao espalharem papéis incendiários e divulgando notícias aterradoras com que pretendiam fazer “vacilar e estremecer os animos dos incautos e desprevenidos”. A “conduta escandalosa” é também vítima e alvo de castigos, devendo muitos frades radicarem-se em casas religiosas definidas pelo poder político, até ordem em contrário⁸⁹. Mais casos de semelhantes características são contabilizados pelo poder central; uns são presos, outros obrigados a sair do reino, outros repreendidos e fixados em “prisão domiciliária”, mas também houve aqueles que sofreram a pena de suspensão imediata das suas funções pastorais. Foi o que sucedeu ao pároco de Bragança, Frei João Manuel dos Santos; este clérigo não só não explicava os princípios constitucionais e os benefícios que deles advinham para a nação como “metia a rediculo a publicação das Leis, lendo-as de fôrma que os ouvintes pouco, ou nada percebião do seu theor”⁹⁰.

⁸⁷ *Borboleta Duriense*, n.º 129, 11 de Junho. Porto: Imprensa do Gandra, 1823.

⁸⁸ *Diário do Governo*, n.º 107, 8 de Maio. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 757.

⁸⁹ *Diário do Governo*, n.º 131, 5 de Junho. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 931.

⁹⁰ *Diário do Governo*, n.º 167, 18 de Julho. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 1207.

Em São Pedro do Sul foi detectada conduta irregular de Frei Manuel de Santa Eulália, guardião do convento daquela localidade. Este escusava-se a cumprir as ordens do governo, indo ao ponto de perseguir os religiosos que se mostravam adidos e em conformidade com o sistema liberal. Perante tal comportamento, o ministro provincial dos religiosos da província da Conceição foi intimado a suspender, de imediato, o referido religioso e a remove-lo, rapidamente, para outro convento mais retirado, até que ordem em contrário se emitisse⁹¹.

Na localidade de Castelo Branco, o beneficiado da igreja da Encarnação, Pedro José Gonçalves, era acusado de aliciar muitos cidadãos, “de forma escandalosa” para que nas eleições de modo algum votassem em candidatos ligados às ideias liberais, acusando-os de falta de religião, denegrindo as suas pessoas, indo ao ponto de invectivar muitos dos deputados em Cortes⁹².

Por terras de Ponte do Lima entendia a Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça que o ministro provincial dos religiosos menores reformados da província da Conceição devia proceder contra o guardião do convento de Ponte do Lima por este ter admitido com o hábito da comunidade o “faccioso Hespanhol Frei Manoel Salvador”, religioso franciscano. Avisava a instituição governativa que, em idênticas circunstâncias, seriam severamente castigados os que auxiliarem e “acoutarem preversos facciosos que se do louco projecto de atacar o systema constitucional, e que por isso devem ser considerados não menos nossos inimigos do que á Nação a que pertencem”⁹³.

Apesar de esmagadoramente dominantes as referências aos clérigos do sexo masculino, descortinamos, igualmente, referências, ainda que breves, ao feminino. Curiosamente, tratava-se de uma queixa da priora das religiosas do convento do Salvador que se lamentava de à sua comunidade ainda não ter chegado quaisquer orientações para que se cumprissem as determinações emanadas de Lisboa. Assim, foi ordenado ao prior provincial da Ordem dos Pregadores que, sem demora, lhes fizesse conhecer as providências do governo central⁹⁴.

Através destes factos somos confrontados com uma realidade que ilustra actos de resistência ao poder liberal. Embora minoritários em relação aos que se afirmam aderentes ao regime, estes casos poderão ser encarados como a parte visível do *iceberg* já que muitos outros, no silêncio das suas consciências, apenas esperariam o melhor momento para afirmarem as suas opções

⁹¹ *Diário do Governo*, n.º 199, 24 de Agosto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 1470.

⁹² *Diário do Governo*, n.º 202, 28 de Agosto. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 1495.

⁹³ *Diário do Governo*, n.º 239, 10 de Outubro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 1796.

⁹⁴ *Diário do Governo*, n.º 295, 14 de Dezembro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 2187.

ideológicas. Com o cerceamento das prerrogativas do clero e com as reformas preconizadas pela legislação liberal, muitos foram os eclesiásticos que ficaram conhecedores das reais intenções do poder liberal. Por isso, não se estranha que a partir de 1823 os descontentes com o primeiro liberalismo aumentassem em número, também ainda não quantificado. Aceitar o regime não significava apoiá-lo, muito embora houvesse quem, publicamente, desse azo às suas opções políticas e ideológicas⁹⁵.

⁹⁵ VELHO, Joaquim Anastácio Mendes - *Homilia Constitucional Para Uso dos Reverendos Parocos Menos Instruídos em Política. Offerecida Pelo Prior de Mecejana*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.